

Destaque Rural nº 140

22 de Setembro de 2021



IAI 2020: O SECTOR AGRÁRIO NECESSITA PROFUNDAS REFORMAS ESTRUTURAIS DE LONGO PRAZO 1º ENSAIO

João Mosca e Máriam Abbas¹

1. INTRODUÇÃO

A análise do Inquérito Agrário 2020 realizada pelo OMR, através da edição de vários textos da série Destaque Rural, permite reflectir acerca da necessidade de profundas reformas estruturais realizáveis a longo prazo.

Neste texto, entende-se por estrutura agrária, a ocupação/distribuição fundiária, as produções e produtividades por hectare ou por cabeça, a tecnologia (factores de capital utilizados, como irrigação, sementes, fertilizantes e pesticidas), os serviços e respectivo acesso dos produtores (investigação, extensão e crédito) e a integração nos mercados que inclui infra-estruturas de redução das perdas pós colheita.

2. SITUAÇÃO ACTUAL

Das análises realizadas dos dados do IAI 2020, pode-se concluir que a agricultura é realizada em propriedades de pequena dimensão (minifúndios), com produtividades muito baixas e, portanto, é uma actividade geradora de poucos rendimentos para as famílias que representam cerca de 95% dos agricultores e, estes, representam aproximadamente 66% da população que reside e trabalha no meio rural. Cerca de 95% das explorações agrícolas possuem menos de 5 hectares e somente cerca de 1.5% possui mais de 10 hectares. Aproximadamente 42.5% das explorações possuem dois ou menos hectares.

As produções mais praticadas, em termos de superfície cultivada, são as alimentares, com destaque para o milho, mandioca, batata-doce, arroz, amendoim, feijão manteiga e feijão bóer. Das culturas de rendimento, destaca-se o gergelim, e, em segundo plano, o tabaco, a soja, a cana-de-açúcar, o girassol e o algodão.

¹ João Mosca, Director Executivo e pesquisador do OMR e Máriam Abbas, pesquisadora do OMR.

As médias nacionais de produção por hectare das principais culturas, são: milho 400 kgs, mandioca 4.6 toneladas, batata-doce 2.9 toneladas, todos os feijões abaixo de 200 kgs, gergelim 200 kgs, tabaco 0.8 toneladas, soja 400 kgs e algodão 200 kgs. Cerca de 50% dos criadores de gado bovino possui até 4 cabeças e 86.6% têm menos de 10 cabeças. Com mais de 30 cabeças o número de criadores representa 2.3%. Aproximadamente 44% dos criadores usam o gado bovino para trabalho (essencialmente operações culturais no campo e transporte). A estes dados, acrescentam-se perdas devido a factores diversos no campo e pós-colheita assim como de perdas de cabeças de animais.

As perdas pós-colheita de culturas alimentares representam um volume muito elevado da produção, sendo mais acentuadas para as culturas do arroz, o amendoim e o feijão nhemba (com cerca de 21% da produção nacional perdida, respectivamente), o milho e o feijão manteiga também representam perdas significativas (13% e 11% da produção, respectivamente). Em termos de volume, as culturas alimentares básicas, mais produzidas e consumidas por grande parte dos agregados familiares, apresentam perdas elevadas, atingindo 218 mil toneladas para o milho e 187 mil toneladas para a mandioca (embora para esta última apenas represente 3.1% da produção).

Apenas 7% dos agricultores recebeu serviços de extensão e os que possuem menos de 5 hectares, foram menos de 7% assistidos por agentes de extensão rural, públicos ou privados. Aproximadamente 4% dos produtores estão integrados em alguma forma de associativismo. Menos de 1% do total dos agricultores teve algum crédito, formal ou informal. Menos de 5% dos agricultores usam máquinas em operações culturais e 83% fazem-no manualmente com instrumentos de trabalho (enxadas, pás, catanas, etc.). Menos de 9% dos produtores usam, nas suas áreas (parcial ou totalmente), algum tipo de rega.

Com os dados acima, pode-se compreender porque: (1) existem elevados níveis de pobreza, de desnutrição e insegurança alimentar no meio rural, e, em particular, nas zonas agrárias; (2) a estrutura agrária em Moçambique mantém-se com as mesmas características durante décadas, verificando-se mesmo uma redução das produtividades por hectares e das áreas médias por exploração (agregado familiar); (2) a balança comercial agrária, e a alimentar, em particular, é crescentemente negativa; (3) a industrialização agro-alimentar não pode, nestas condições, contar com matéria-prima local, pois são geralmente exigidas quantidades elevadas de matéria-prima, fornecimento regular (estável ao longo dos anos) e qualidade standardizada.

A agricultura nos últimos 50 anos, ou mais, tem mantido as principais características, nomeadamente, quanto à estrutura fundiária, as técnicas utilizadas, as produtividades, a integração nos mercados e o modo de vida das populações rurais. Exceptuam-se as produções alimentares de milho e mandioca (muito relacionadas em termos de número de hectares trabalhados devido ao aumento da população e ao facto de serem a base alimentar da maioria da população) e de algumas culturas de rendimento do interesse para o capital externo (por exemplo, tabaco, algodão, gergelim e feijão bóer). Em todas

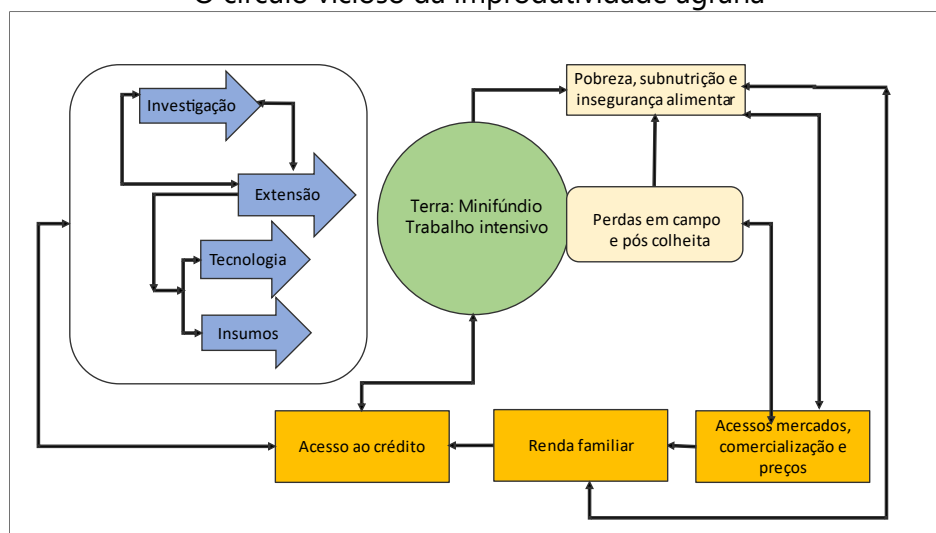
as restantes (por exemplo, arroz, mapira, amendoim, caju, girassol, chá e copra), os actuais volumes de produção são inferiores aos verificados antes da independência. A produção por habitante das culturas alimentares tem diminuído, excepto nas hortícolas. A produtividade por hectare não se alterou significativamente na maioria dos produtos (excepto no tabaco, nas hortícolas e algo no milho). O peso da agricultura no PIB manteve-se sem grandes alterações. A balança comercial de alimentos e do sector agrário mantém-se deficitária.²

3. O CICLO DA BAIXA PRODUTIVIDADE DA AGRICULTURA

O esquema abaixo procura ilustrar o ciclo que explica a persistência das características da agricultura moçambicana. Investigação com poucos resultados de natureza técnica e secundarização da pesquisa nas áreas das ciências sociais com pouca influência sobre a extensão, que padece de capacidade financeira, técnica e de conhecimento. Produção assente em tecnologia intensiva em trabalho e em minifúndios, com muito baixo acesso a tecnologias intensivas em capital (máquinas, sementes mais produtivas e insumos orgânicos e inorgânicos, rega, etc.). Esta realidade implica, necessariamente, baixa produtividade e perdas elevadas no campo e pós-colheita, tendo, como consequências, a pobreza, a subnutrição e a insegurança alimentar, poucas vendas e obtenção de rendimento para as famílias, o que dificulta ou impossibilita o acesso ao crédito e, conseqüentemente, aos factores que mais poderiam impulsionar a produtividade e mudanças na estrutura fundiária.

Figura 1

O círculo vicioso da improdutividade agrária

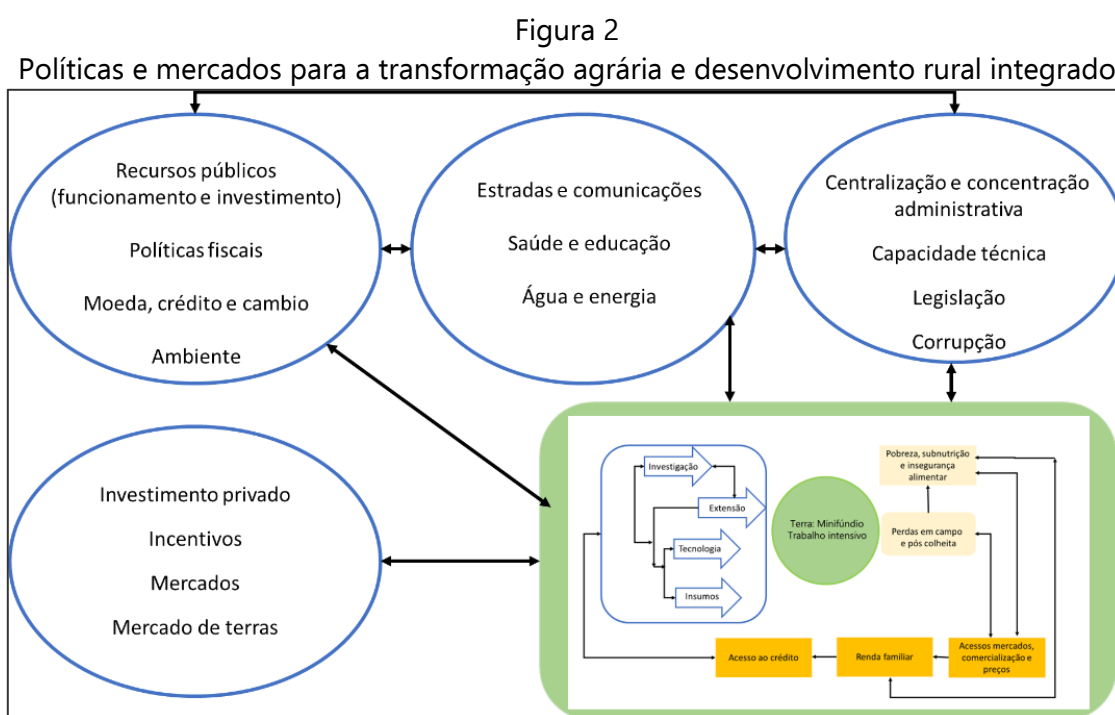


² Sobre alguns dos dados mencionados neste parágrafo, veja Mosca, João (2017). "Agricultura, diversificação e transformação estrutural da economia". Observador Rural N° 47. Observatório do Meio Rural. Maputo. Mosca, João e Nova, Yara (2019). "Agricultura: assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique". Observador Rural N° 80. Observatório do Meio Rural. Maputo.

Os factores sintetizados na figura 1 são agravados pelas políticas públicas que têm, sistematicamente, aprofundado as distorções da estrutura agrária e a pobreza, comparativamente com o verificado nos centros urbanos e, portanto, as consequências acima apresentadas. Além disso, aspectos institucionais e factores relacionados com os mercados, incentivos ao investimento e ambiente de negócios não têm favorecido a transformação estrutural da agricultura e da economia.

4. POLÍTICAS E MERCADOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

A figura 2 mostra as componentes de políticas económicas e sectoriais, num contexto de desenvolvimento rural integrado.



O desenvolvimento integrado requer muita coordenação institucional, seja vertical como horizontalmente. Não existiram em Moçambique experiências exitosas de programas de médio prazo com esta concepção. Os principais factores de insucesso são, em geral, os seguintes: (1) concepção de desenvolvimento intersectorial e dificuldades de coordenação institucional (disputa de alocação de recursos, lutas de poder nas instituições e protagonismos pessoais), e excessiva concentração dos poderes nos centros de decisão em Maputo; (2) políticas económicas e públicas incoerentes e erráticas, em parte devido à instabilidade institucional e acção de interesses externos, alguns dos quais veiculados através da cooperação; (3) suporte de recursos externos descontinuados sem criação das dinâmicas económicas e sociais de sustentabilidade local; (4) introdução de tecnologias desajustadas aos sistemas de produção e conhecimento dos produtores, deseconomias de escala e baixos resultados produtivos; (5) projectos com objectivos extractivistas para o exterior (por exemplo,

florestas/madeira, tabaco, algodão, feijão bóer e gergelim), cujas relações com os pequenos produtores são, regra geral, de exclusão, não cumprimento da leis, geradoras de conflitos (ocupação de terras, reassentamentos, etc.) e promotoras de mais desigualdades sociais e territoriais.

As experiências indicam que o aumento da produção agrícola pode-se verificar a curto prazo. Sementes melhoradas (com melhoramento de espécies nativas ou melhoradas em investigação e em campos de multiplicação), conservação de solos e fertilização, garantia de comercialização (preferencialmente por agentes económicos fixos que ofereçam bens de troca industriais para estimular o consumo/demanda e necessidade de rendimentos monetários com mais produção), preços relativos favoráveis para as culturas a incentivar e estradas para escoamento da produção, são condições necessárias para os incrementos de produção a curto prazo. Porém, estas condições esgotam, no tempo, as possibilidades de incrementos da produtividade. A redução das perdas em campo e pós-colheita poderia ser o passo seguinte, o que exige investimentos não elevados (armazenagem e protecção contra pragas), desde o produtor e ao longo das cadeias produtivas.

Por mais que a produtividade por hectare se multiplique devido à intensificação do capital e/ou do trabalho e pelo respeito às condições produtivas e conhecimento local, redução das perdas em campo e pós colheita e com mercados e preços relativos favoráveis, a escala produtiva de cerca de 95% dos camponeses não permitirá a saída da pobreza.

A defesa contra choques ambientais é fundamental devido às perspectivas de estes serem crescentemente verificáveis e de maior amplitude. A defesa dos solos e das explorações contra cheias e secas, a desertificação em curso, a continuidade da desmatção, a intensificação do uso do solo devido à pressão demográfica e a movimentos migratórios, o esgotamento dos solos devido a sistemas de produção desajustados, a ocupação de espaços para fins não económicos, entre outros aspectos, conduzirá, a médio e longo prazo, a uma redução das áreas médias em produção.

5. NECESSIDADE DE REFORMAS ESTRUTURAIS

Para que a agricultura desempenhe o seu papel no desenvolvimento e na transformação da economia, para criar riqueza e saída da pobreza e para reduzir as desigualdades espaciais e sociais, são necessárias reformas persistentes, coerentes a longo prazo e simultaneamente flexíveis face às conjunturas e imprevistos. Para este efeito, numa segunda fase (depois do incremento da produtividade, redução das perdas, acesso aos mercados com preços relativos favoráveis e redução dos efeitos ambientais), é importante o aumento das áreas trabalhadas por exploração, o que implica meios mecânicos e factores de incremento da produtividade em escala alargada e com medidas de minimização dos efeitos ambientais sobre os solos, a água e o ar.

As políticas públicas são sempre ajustáveis aos objectivos de curto prazo, pensando numa perspectiva de longa duração. Em cada momento, é necessário saber quais as medidas que produzem um maior efeito multiplicador, são mais exequíveis e eficazes no alcance dos objectivos pretendidos.

O quadro abaixo procura sistematizar as acções/medidas no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento agrário e rural a longo prazo, na perspectiva do desenvolvimento económico com transformação estrutural.

Quadro 1.
Esboço de uma estratégia de transformação agrária e desenvolvimento rural
de longo prazo

Primeira fase	Aumentar a produção com base no incremento da produtividade por hectare	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação de factores de produção ajustados ao contexto dos produtores (sementes mais produtivas, fertilização orgânica e /ou inorgânica). • Defesa contra efeitos ambientais localizados (diques de defesa, desmatção, irrigação em zonas com déficit hídrico). • Redução das perdas em campo e pós-colheita. • Garantia de comercialização e preços relativos favoráveis aos bens a priorizar. • Estradas rurais em zonas de maior produção e excedentes.
Segunda fase	Desenvolvimento rural integrado	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos produtores em diferentes formas de associativismo. • Aumento da abrangência espacial e temática da extensão rural suportada pela investigação. • Abastecimento de água e electrificação em zonas de concentração populacional e produtiva. • Descentralização administrativa e financeira e capacitação técnica das instituições locais e transparência do Estado. • Redução das distorções dos mercados (monopólios, áreas de exclusividade, incentivo à concorrência, rede comercial rural). • Políticas de incentivo ao investimento (fiscalidade, legislações).
Terceira fase	Transformação estrutural e industrialização da economia	<ul style="list-style-type: none"> • Especialização produtiva do meio rural (tipos de cultivo, pecuária, florestas, zonas de protecção, agro-processamento) e intensificação do capital com aumento da produtividade por hectare, em particular das culturas alimentares, fonte principal do rendimento de 95% dos produtores agrícolas. • Redução do número de explorações e aumento das áreas médias. • Industrialização da economia e urbanização com geração de emprego. • Migração económica não forçada campo-cidade.

As fases referidas não são estanques no tempo nem no espaço, isto é: as medidas e mudanças não têm porque ser todas elas sequenciais conforme o quadro acima e podem variar ao longo do território. Estas devem ser perspectivadas a muito longo prazo.

Sem transformação estrutural, a agricultura, o meio rural e a economia não se desenvolverão. Pelo contrário, as áreas médias das explorações e as produtividades continuarão a diminuir por efeito do aumento da população e das mudanças climáticas. A economia não gerará emprego; as economias informais. Os factores de conflitualidades aumentarão.

Sem transformação estrutural a economia moçambicana será cada vez mais subdesenvolvida e os moçambicanos cada vez mais pobres.

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org